

Tropicália Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações Contábeis Regulatórias
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Acionistas e Administradores da
Tropicália Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Tropicália Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tropicália Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria societária

A Companhia elaborou um conjunto de demonstrações financeiras separado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações financeiras societárias), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente, com data de 16 de março de 2022, que continha opinião sem modificação.

Auditoria dos valores correspondentes

Os valores correspondentes contidos nas demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram examinados por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria datado de 31 de março de 2021, sem modificação.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido (“DTTL”), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não ter nenhuma alternativa real para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, são livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

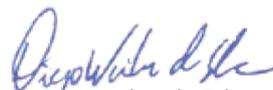
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de forma compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das atividades que constatarem significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2022



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ



Diego Wailer da Silva
Contador
CRC nº 1 RS 074562/O-3

TROPICÁLIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais – R\$)

<u>Ativo</u>	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>Passivo e patrimônio líquido</u>	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa		8	25	Fornecedores	13	9.830	9.260
Títulos e Valores Mobiliários	7	16.838	25.209	Impostos e contribuições a recolher		2.347	673
Concessionárias e Permissionárias	8	10.969	-	Dividendos	15.d	-	17.046
Depósito vinculado	9	11.123	-	Debêntures	14	10.355	1.319
Despesas antecipadas		1	409	Outros passivos circulantes		622	569
Tributos Compensáveis		2.460	3.871	Encargos Setoriais		583	-
Outros ativos circulantes		31	40			<u>23.737</u>	<u>28.865</u>
		<u>41.430</u>	<u>29.554</u>				
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Depósito vinculado	9	13.843	-	Debêntures	14	<u>513.253</u>	<u>461.408</u>
Despesas antecipadas		-	340			<u>513.253</u>	<u>461.408</u>
Tributos diferidos	10	4.593	1.474				
Outros ativos não circulantes		45	45	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Imobilizado	11	523.221	489.107	Capital social	15.a	58.000	58.000
Intangível	12	57	6.742	Reserva legal	15.c	11.314	11.314
		<u>541.759</u>	<u>497.708</u>	Prejuízo acumulado		(76.855)	(69.019)
				Reserva especial	15.e	<u>53.740</u>	<u>36.694</u>
						46.199	36.989
TOTAL DO ATIVO		<u><u>583.189</u></u>	<u><u>527.262</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>583.189</u></u>	<u><u>527.262</u></u>

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

TROPICÁLIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais – R\$)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receitas Líquidas		87.064	-
Custo sobre serviços prestados	16	(19.009)	-
Lucro bruto		<u>68.055</u>	<u>-</u>
Despesas Operacionais	17	(3.213)	(2.883)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>64.842</u>	<u>(2.883)</u>
Receita Financeira		574	2.288
Despesas Financeira		(76.322)	(457)
Resultado financeiro	18	<u>(75.748)</u>	<u>1.832</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(10.906)	(1.051)
Imposto de renda e contribuição social diferido	8b	3.071	218
Prejuízo do exercício		(7.835)	(833)
Resultado por ação (básico e diluído)		(0,078)	(0,008)

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

TROPICÁLIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais – R\$)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Prejuízo do exercício	(7.835)	(833)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>(7.835)</u>	<u>(833)</u>

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

TROPICÁLIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
 (Em milhares de reais – R\$)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva de capital a integralizar	Reserva Legal	Reserva Especial de Dividendos	Prejuízo Acumulado	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	15	96.000	5.001	(5.000)	7.725	7.141	(47.552)	63.315
Redução de Capital Social		(38.000)	-	-	-	-	-	(38.000)
Dividendos propostos		-	-	-	-	-	(17.046)	(17.046)
Constituição de reserva		-	(5.001)	5.000	3.589	29.553	(3.589)	29.553
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(833)	(833)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	15	58.000	-	-	11.314	36.694	(69.019)	36.989
Constituição de reserva		-	-	-	-	17.046	-	17.046
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(7.835)	(7.835)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	15	58.000	-	-	11.314	53.740	(76.854)	46.199

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

TROPICALIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais – R\$)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício		(7.835)	(833)
Ajuste			
Depreciação e amortização	11	14.215	104
Baixa de Imobilizado		496	-
Juros e atualização de debêntures e financiamentos	14	73.124	41.087
		79.999	40.358
Variações nos ativos e passivos			
Concessionárias e Permissionárias		(10.969)	-
Despesas antecipadas		749	417
Tributos Compensáveis		1.410	(1.931)
Tributos diferidos		(3.118)	(200)
Outros ativos		8	(4)
Fornecedores		571	(10.758)
Impostos e contribuições a recolher		1.674	(141)
Juros pagos	14	(12.243)	-
Outros passivos		636	(380)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		58.717	27.361
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisições de bens do ativo imobilizado		(42.131)	(137.908)
Aquisições de bens do ativo intangível		(8)	(427)
Aplicação em títulos e valores mobiliários		(190.744)	(221.441)
Resgate em títulos e valores mobiliários		174.149	370.396
Caixa líquido provenientes das (aplicado nas) atividades de investimentos		(58.734)	10.620
Redução de Capital Social		-	(38.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		-	(38.000)
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(17)	(22)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		25	46
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		8	25

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

TROPICÁLIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Em milhares de reais – R\$)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Tropicália Transmissora de Energia S.A., (“TROPICÁLIA” ou “Companhia”), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 15 de Abril de 2016.

Em 28 de Outubro de 2016, o Consórcio CP II, foi vencedor do Lote 1 da 2ª Etapa do Leilão de Transmissão nº 013/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Com o propósito único e exclusivo de construir, implantar, operar e manter as instalações do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, composto pela Linha de Transmissão de 500 kV entre as Subestações Sapeaçu e Poções III, com 245,1 km de extensão, foi utilizada a SPE Tropicália Transmissora de Energia S.A.

A Linha de Transmissão está integralmente localizada no Estado da Bahia e tem como objetivo atender à expansão do Sistema Interligado Nacional - SIN. A linha atravessa 17 municípios: Sapeaçu, Castro Alves, Conceição do Almeida, Varzedo, São Miguel das Matas, Amargosa, Laje, Jiquiriçá, Ubaíra, Cravolândia, Itaquara, Jaguaquara, Mutuípe, Jequié, Manoel Vitorino, Boa Nova e Poções, todos no sul da Bahia.

A Linha deverá aumentar a capacidade de transmissão de energia da interligação Nordeste-Sudeste, permitindo o adequado escoamento dos atuais e futuros empreendimentos de geração, predominantemente parques eólicos, previstos para serem implantados no Nordeste, mitigando o risco de déficit de energia elétrica da região Sudeste do país.

O Contrato de Concessão nº 01/2017-ANEEL, que regula a concessão do serviço público de transmissão do lote 1 do Edital da 2ª Etapa do Leilão 013/2015 - ANEEL, foi assinado pela Companhia em 10 de Fevereiro de 2017 e permanecerá em vigor por 30 anos, ou seja, até fevereiro de 2047.

Para a construção da linha a Companhia usufruiu dos benefícios do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) conforme o Ato Declaratório Executivo nº 146 publicado no Diário Oficial da União em 21 de setembro de 2017; e do PROBAHIA - Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia, que consiste em redução de 40% (quarenta por cento) do ICMS nas entradas decorrentes de aquisições interestaduais relativamente ao diferencial de alíquota, concedido através da Resolução nº 16/2018 publicada em DOU em 19 de junho de 2018.

A concessionária é remunerada pela Receita Anual Permitida (RAP) ofertada no processo licitatório, regulada pelas cláusulas do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST assinado com o Operador Nacional do Sistema - ONS. A receita contratada na data do Leilão (R\$76,7 milhões - base jul/16) será reajustada anualmente pelo IPCA, e sofrerá três revisões, previstas para o 5º, 10º e 15º ano da concessão. Ademais, esta é uma remuneração por disponibilidade, independentemente da quantidade de energia transmitida no período, que passará a ser recebida quando da entrada em operação comercial reconhecida pelo ONS e autorizada pela Aneel.

A Companhia entrou em operação em janeiro de 2021 através do Termo de Liberação Definitivo - TLD emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e por meio da Resolução Homologatória nº 2.725, de 14 de julho de 2020, anexo IV, ficou estabelecido, receitas anuais permitidas, no montante de R\$86.836. Em 2 de julho de 2021 foi emitida pela ANEEL Nota Técnica nº 149/2021 estabelecendo as receitas anuais permitidas para o ciclo de 2021-2022 no valor de R\$95.431.

1.1. Impactos do COVID 19

1.1.1. Contexto Geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (“OMS”) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. A imensa maioria dos governos, nos cinco continentes, passou a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, que têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID -19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

1.1.2. Medidas de assistência governamental

Diante do cenário descrito anteriormente, diversas medidas de auxílio econômico e financeiro foram introduzidas pelos três níveis de administração da Federação Brasileira, com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, contudo, a Companhia não adotou nenhuma medida de assistência governamental.

1.1.3. Impacto nas demonstrações financeiras

Considerando o estágio da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia revisou seu planejamento estratégico e adotou as seguintes medidas:

- adiamento de todas as atividades de manutenção não essenciais, desde que não comprometam a segurança operacional.
- monitoramento contínuo de nossos colaboradores e de seus familiares.
- substituição das reuniões físicas por videoconferências e audioconferências.
- campanhas internas de conscientização e orientações de higienização e lavagem frequente das mãos, cuidados ao tossir e espirrar e evitar aglomerações.
- reforço na limpeza e higienização dos ambientes da usina e escritório.
- fornecimento de álcool em gel de bolso, máscaras e luvas para todos os colaboradores.
- fixação de “dispenser” de álcool em gel em pontos estratégicos da usina e do escritório administrativo.

- fixação de mensagens em locais visíveis aos colaboradores sobre os cuidados de prevenção sobre o Coronavírus.

A Companhia preservou o caixa, teve geração positiva de caixa em 2021 e 2020, pagou empréstimos e fornecedores, não precisou acessar financiamentos externos e não sofreu nada relevante que possa afetar a continuidade ou a realização dos ativos.

Os impactos do COVID-19 foram baseados nas melhores estimativas da Administração e não foram relevantes para a Companhia.

2. SETOR ELÉTRICO NO BRASIL

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

A transmissão de energia elétrica disponibilizada pela Companhia é efetuada de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de transmissão.

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas serão reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrerá os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

3. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (“MCSE”), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações financeiras estatutárias da concessionária. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos.

Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. No entanto, a base para apuração fiscal corrente e dos dividendos é o lucro apurado com base nas práticas contábeis societárias e divulgado nas demonstrações financeiras societárias da Companhia.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa, apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

A emissão das demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pela diretoria em 29 de março de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas na nota explicativa 1.1.4 à 1.7, nas páginas 13 a 20, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

4.1. Imobilizado

4.1.1. Imobilizado em Serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tornando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

4.1.2. Imobilizado em curso

A Concessionária agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso, transferindo para o Imobilizado em Serviço de acordo com Resolução vigente da ANEEL.

4.2. Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

4.3. Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Concessionária é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no contrato de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL.

4.4. Novas normas e interpretações não efetivas

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo International Accounting Standards Board ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 08; IFRS 7 / CPC 40; IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	01/01/2021

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2021 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas.

b) Alteração em pronunciamentos com vigência a partir de 2022:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado.	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

5. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

5.1. Perda (“Impairment”) estimada de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment com resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não foram identificados pela Administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de provisão para impairment tanto para ativos financeiros quanto para ativos não financeiros.

5.2. Reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado

Os investimentos realizados são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

6. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

6.1. Fatores de risco financeiro

a) Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações da Administração da Companhia. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

A administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações da administração da Companhia e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

No que concerne as contas a receber, a RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários de transmissão de alguns valores específicos; (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo ONS; e (iii) os encargos regulatórios.

O ONS delega às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, deste modo o risco de crédito é baixo.

b) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades de implantação do negócio.

c) Valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e contas a pagar a fornecedores.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

i) Caixa e equivalentes de caixa, outros ativos e fornecedores

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

6.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

6.3. Instrumentos financeiros por categoria

	31/12/2021	
	Valor justo por meio do resultado	Total
<u>Ativos, conforme balanço patrimonial</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	8	8
Títulos e valores mobiliários	16.838	16.838
Depósito vinculado	24.966	24.966
	<u>41.812</u>	<u>41.812</u>
	Outros passivos financeiros	Total
<u>Passivos, conforme balanço patrimonial</u>		
Debêntures	523.608	523.608
	<u>523.608</u>	<u>523.608</u>

Ativos, conforme balanço patrimonial	31/12/2020	
	Valor justo por meio do resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	25	25
Títulos e valores mobiliários	25.209	25.209
	<u>25.234</u>	<u>25.234</u>
Passivos, conforme balanço patrimonial	Outros passivos financeiros	
		Total
Debêntures	462.726	462.726
	<u>462.726</u>	<u>462.726</u>

6.4. Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes, títulos e valores mobiliários são classificados como nível 2 Para determinação do valor de mercado, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

6.5. Análise de Sensibilidade

O quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, apresenta os riscos que podem gerar efeitos no resultado da Companhia, com cenário mais provável (cenário Atual) segundo avaliação efetuada pela administração.

São demonstrados dois outros cenários, a fim de apresentar 25% (para mais ou para menos) de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários I e II).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Premissas	Efeito das Contas sobre Resultado	2021			
		Saldo	Cenário I 2,44%	Cenário Atual 4,44%	Cenário II 6,44%
CDI %	Caixa e equivalentes de caixa	8	1	1	2
	Títulos e valores mobiliários	16.838	411	748	1.084
	Depósito vinculado	24.964	609	1.108	39

2021					
Premissas	Efeito das Contas sobre Resultado	Saldo	Cenário I 8,06%	Cenário Atual 10,06%	Cenário II 12,06%
IPCA %	Debêntures	523.608	42.203	52.675	63.147
2020					
Premissas	Efeito das Contas sobre Resultado	Saldo	Cenário I 0,75%	Cenário Atual 2,75%	Cenário II 4,75%
CDI %	Caixa e equivalentes de caixa Títulos e Valores Mobiliários	25 25.209	0 189	1 693	2 1.197
Premissas	Efeito das Contas sobre Resultado	Saldo	Cenário I 2,31%	Cenário Atual 4,52%	Cenário II 6,31%
IPCA %	Debêntures	462.727	10.689	20.915	29.198

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Circulante	31/12/2021	31/12/2020
Certificados de depósitos bancários	16.838	25.209
	<u>16.838</u>	<u>25.209</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDB realizada com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

8. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Concessionárias e Permissionárias	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	10.849	-
Vencido	120	-
	<u>10.969</u>	<u>-</u>

Em função do alto giro das concessionárias e permissionárias, não se fazem necessárias ajuste a valor presente. A Companhia não possui provisão para perda esperada de crédito.

9. DEPÓSITO VINCULADO

Referem-se a aplicações financeiras (indexados pelo CDI), requeridas em contrato de emissão de debêntures, com a finalidade de garantia real.

	31/12/2021	31/12/2020
<u>Circulante</u>		
Certificados de depósitos bancários	11.123	-
	<u>11.123</u>	<u>-</u>

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Não circulante</u>		
Certificados de depósitos bancários	13.843	-
	<u>13.843</u>	<u>-</u>

10. TRIBUTOS DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação de prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

a) Composição do imposto de renda e contribuição social ativo diferido

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Diferido Ativo</u>		
Prejuízos fiscais de imposto de renda	3.347	1.054
Bases negativas de contribuição social	1.246	420
	<u>4.593</u>	<u>1.474</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	<u>4.593</u>	<u>1.474</u>

b) Efeitos no resultado

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(10.905)	(1.051)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição às alíquotas da legislação	(3.708)	(358)
Bônus e gratificações	34	99
Outros	603	40
	<u>(3.071)</u>	<u>(219)</u>
Imposto de renda e Contribuição social - corrente	-	-
Imposto de renda e Contribuição social - diferido	(3.071)	(219)
	<u>(3.071)</u>	<u>(219)</u>

11. IMOBILIZADO

Em milhares de Reais	Terrenos	Edificações	Maquinas e equipamentos	Veículos	Moveis e utensílios	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro 2019	-	276	-	151	101	351.026	351.554
Adições	-	-	-	-	25	137.885	137.910
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	276	-	151	126	488.911	489.464
Adições	7.208	-	-	-	101	41.496	48.805
Baixa	-	-	(458)	-	-	(39)	(497)
Transferência	7.743	1.454	514.480	-	(62)	(523.615)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>14.950</u>	<u>1.730</u>	<u>514.023</u>	<u>151</u>	<u>165</u>	<u>6.753</u>	<u>537.772</u>

Depreciação acumulada

Em milhares de Reais	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro 2019	-	(235)	-	-	(32)	-	(267)
Depreciação	-	(48)	-	(45)	3	-	(90)
Saldo em 31 de dezembro 2020	-	(283)	-	(45)	(29)	-	(357)
Depreciação	-	(47)	(14.143)	(9)	5	-	(14.194)
Saldo em 31 dezembro de 2021	-	(330)	(14.144)	(54)	(24)	-	(14.551)
Valor contábil líquido							
Em 31 de dezembro de 2019	-	41	-	151	69	351.026	351.287
Em 31 de dezembro de 2020	-	(7)	-	106	97	488.911	489.107
Em 31 de dezembro de 2021	<u>14.950</u>	<u>1.400</u>	<u>499.878</u>	<u>97</u>	<u>141</u>	<u>6.753</u>	<u>523.221</u>

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações sejam depositadas em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

12. INTANGÍVEL

Em milhares de reais	Servidão	Software	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro 2019	6.277	69	-	6.346
Adições	395	24	8	427
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>6.672</u>	<u>93</u>	<u>8</u>	<u>6.773</u>
Adições	-	8	-	8
Transferência	-	8	(8)	-
Baixa	(6.672)	-	-	(6.672)
Alienações	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>-</u>	<u>109</u>	<u>-</u>	<u>109</u>

<u>Em milhares de reais</u>	<u>Servidão</u>	<u>Software</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro 2019	-	(17)	-	(17)
Amortização	-	(14)	-	(14)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	(31)	-	(31)
Amortização	-	(21)	-	(21)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(52)	-	(52)
<u>Valor contábil líquido</u>				
Em 31 de dezembro de 2019	6.277	52	-	6.329
Em 31 de dezembro de 2020	6.672	62	8	6.742
Em 31 de dezembro de 2021	-	57	-	57

13. FORNECEDORES

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Sae Towers Brasil Torres de Transmissão Ltda	2.145	2.347
Siemens Ltda	6.489	6.395
Dossel	654	-
Outros	542	518
	<u>9.830</u>	<u>9.260</u>

14. DEBÊNTURES

Em julho de 2019 a Companhia assinou um mandato com o Banco Santander do Brasil S/A para coordenar a emissão de debêntures simples, no valor de R\$407.000 mil, em regime de garantia firme de colocação para captação de recursos no mercado de capitais local.

- Prazo: 24 anos (até agosto de 2043).
- Custo: IPCA + 5,0921%.
- Carência: 36 meses (até agosto de 2022).
- Juros apurados semestralmente - 1º Pagamento em agosto de 2021.
- Amortização e juros exigíveis semestralmente após a carência.

<u>Moeda Nacional</u>	<u>Taxa anual de juros a.a.</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Debêntures	IPCA + 5,0921%	523.608	462.727
Principal		407.000	407.000
Juros		116.608	55.727
Passivo circulante		<u>10.355</u>	<u>1.319</u>
Passivo não circulante		<u>513.253</u>	<u>461.408</u>

O montante registrado em principal e juros tem a seguinte composição

Debêntures	31/12/2020	Aquisição			Amortização		31/12/2021
		Principal	Juros	Atualização Monetária	Principal	Juros	
Debêntures	478.351	-	25.100	48.024	-	(12.243)	539.232
Custos de captação incorridos na captação	(15.624)	-	-	-	-	-	(15.624)
Total:	462.727	-	25.100	48.024	-	(12.243)	523.608

Os vencimentos das parcelas do não circulante são as seguintes:

Vencimentos	2021
2023	2.313
2024	3.471
2025	3.470
Após 2025	503.999
	<u>513.253</u>
Vencimentos	2020
2021	1.319
2022	578
2023	2.313
2024	3.471
2025	3.470
Após 2025	451.576
	<u>462.727</u>

Garantias concedidas

- Fiança Bancária para 100% da dívida até “completion”.
- Garantias de Projeto: Ações da SPE + Direitos Creditórios / Emergentes da Concessão.

Covenants financeiros

Devido a essa debêntures, a Companhia fica obrigada a cumprir o seguinte índice:

- O índice de cobertura do serviço da dívida de no mínimo 1,20, calculado com a base no EBTIDA nas demonstrações financeiras regulatórias.

Todas as cláusulas restritivas requeridas estão sendo atendidas.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de janeiro de 2020 ocorreu a redução de capital social em R\$ 38.000 (trinta e oito milhões), passando o capital social de R\$ 96.000 (noventa e seis milhões de reais) para R\$ 58.000 (cinquenta e oito milhões de reais) sem o cancelamento de ações, conforme Ata de aprovação da Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 28 de novembro de 2019. O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro 2021 e 2020 é de R\$58.000 (cinquenta e oito milhões de reais), representados por 101.000.500 ações ordinárias sem valor nominal. No dia 26 de março de 2021, houve transferências das ações, resultando em um único acionista, conforme Livro de Registro de Ações Passando a ser apresentado da seguinte forma:

	31/12/2021	
	Quantidade de ações	Participação %
BTG Pactual Infraestrutura Dividendos	58.000	100,00
Fundo de Invest.Particip. Infraestrutura	58.000	100
	2020	
	Quantidade de ações	Participação %
Tropicalia Fundo de Investimento em Participações	26.502	45,69
Fundo de Investimento em Participações Development fund Warehouse	16.193	27,92
BTG Pactual Energia 3 Fundo de Investimento em Participações	9.529	16,43
BTG Pactual Infraestrutura II Energia Fundo de Investimento	5.776	9,96
	58.000	100

b) Reserva de Capital

Em 24 de novembro de 2020, foi deliberado o cancelamento de integralização do total destinado a conta de reserva de lucros.

c) Destinação do resultado

O resultado do exercício, após os ajustes previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, quando aplicável, e a parcela destinada a reserva para subvenções de incentivos fiscais, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até o limite máximo estabelecido pela legislação societária.
- 25% será distribuído como dividendo obrigatório.
- O saldo remanescente terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral.

d) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido societário do exercício, apurado com base nas demonstrações financeiras societárias, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

No exercício de 2021, a Companhia apurou prejuízo, não gerando resultados a serem distribuídos.

e) Dividendos propostos

Conforme as disposições legais e estatutárias vigentes, a base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios de 25% é obtida a partir do lucro líquido societário, diminuído da quota destinada à reserva legal.

No exercício de 2021, a Companhia conforme mencionado acima, não gerou reservas a serem constituídas.

f) Reserva Especial de Dividendos

De acordo com a Lei 6.404/76, § 4º do art. 202 o dividendo previsto neste artigo não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da administração informarem à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia.

Concernentes a reversões dos provisionamentos dos dividendos mínimos obrigatórios foram realizadas as seguintes deliberações:

- Assembleia Geral Ordinária de 8 de abril de 2020 deliberando a reversão do valor de R\$29.553 de dividendos mínimos obrigatórios de 2019.
- Assembleia Geral Ordinária de 13 de abril de 2021 deliberando a reversão do valor de R\$17.046 dos dividendos mínimos obrigatórios de 2020.

Esses dividendos não eram compatíveis com a situação financeira da Companhia.

16. CUSTOS SOBRE SERVIÇOS PRESTADOS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Pessoal	(139)	-
Administradores	(65)	-
Material	(187)	-
Serviços de terceiros	(4.015)	-
Depreciação	(14.188)	-
Aluguéis	(182)	-
Seguros	(131)	-
Impostos e Taxas	(101)	-
	<u>(19.008)</u>	<u>-</u>

17. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Pessoal	(894)	(1.091)
Administradores	(1.165)	(693)
Material	(66)	(42)
Serviços de terceiros	(902)	(795)
Depreciação	(27)	(104)
Aluguéis	(144)	(148)
Impostos e taxas	(16)	(10)
	<u>(3.213)</u>	<u>(2.883)</u>

18. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado das operações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência está demonstrado no quadro abaixo:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Tarifas bancárias	(206)	(457)
Juros e Atualização s/ Debêntures	(73.124)	-
Outras despesas financeiras	(2.993)	-
	<u>(76.322)</u>	<u>(457)</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimento de aplicações	512	2.275
Outras receitas financeiras	62	13
	<u>574</u>	<u>2.288</u>
	<u>(75.748)</u>	<u>1.832</u>

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia teve no exercício de 2021 prejuízo líquido de R\$7.835, não gerando base de cálculo para apuração de Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar.

20. MEIO AMBIENTE

A Companhia obteve Licença Ambiental necessária para iniciar as suas operações. Conforme destacadas abaixo:

- a Licença Operação (LO) emitida pelo IBAMA em janeiro de 2021.

21. SEGUROS

Em dezembro de 2021, a cobertura de seguros era composta de:

<u>Risco</u>	<u>Apólice</u>	<u>Vigência</u>	<u>Importância segurada</u>
Responsabilidade Civil	28.522.021.002.103.500.000.000	01/01/2021 a 01/01/2022	34
Riscos Operacionais	46.692.020.100.101.100.000.000	01/01/2021 a 01/01/2022	83
Veículo	8.769.900.244.059.900	15/01/2021 a 15/02/2022	2
Veículo	8.769.900.244.060.340	04/02/2021 a 04/02/2022	4

22. HONORÁRIO DOS ADMINISTRADORES

O total pago, no exercício de 2021 referente à remuneração aos diretores e conselheiros da Companhia somaram R\$625 e em 2020 o montante foi de R\$1.258.

23. CONTINGÊNCIAS

A Administração, de acordo com o CPC 25 adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

I - Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como de risco provável	II - Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como de risco possível	III - Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como de risco remoto
São constituídas provisões.	As informações correspondentes são divulgadas em notas explicativas.	Somente são divulgadas em notas explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações Financeiras.

Em 31 dezembro de 2021, a Companhia não possui contingências com risco de perda provável.

A Companhia possui a seguinte causa como possível, no montante de R\$49:

- a) Ação trabalhista movida por ex-funcionário da empresa terceirizada ECARI (responsabilidade solidária), com pedidos de declaração de rescisão indireta; salários; recolhimento, liberação e indenização sobre F.G.T.S; multas dos art. 467 e 477 da C.L.T.; indenizações e honorários advocatícios. Em 31 de dezembro de 2021 não foi registrada provisão de contingências decorrentes desse processo.

24. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador, apresentada no MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

	31/12/2021			31/12/2020		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	8	25	-	25
Títulos e Valores Mobiliários	16.838	-	16.838	25.209	-	25.209
Concessionárias e Permissionárias	10.969	-	10.969	-	-	-
Depósito vinculado	11.123	(1)	11.122	-	-	-
Despesas antecipadas	1	-	1	409	-	409
Tributos Compensáveis	2.460	-	2.460	3.871	-	3.871
Outros ativos	31	-	31	40	-	40
Concessão so serviço público (ativo contratual)	-	82.109	82.109	-	-	-
	<u>41.430</u>	<u>82.108</u>	<u>123.538</u>	<u>29.554</u>	<u>-</u>	<u>29.554</u>

	31/12/2021			31/12/2020		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Concessão so serviço público (ativo contratual)	-	809.574	809.574	-	855.784	855.784
Depósito vinculado	13.843	(1)	13.842	-	-	-
Despesas antecipadas	-	-	-	340	-	340
Tributos diferidos	4.593	(4.593)	-	1.474	(1.475)	(1)
Outros ativos	45	(1)	44	45	-	45
Imobilizado	523.221	(523.061)	160	489.107	(489.035)	72
Intangível	57	-	57	6.742	(6.671)	71
	<u>541.759</u>	<u>281.918</u>	<u>823.677</u>	<u>497.708</u>	<u>358.603</u>	<u>856.311</u>
Total do ativo	<u>583.189</u>	<u>364.026</u>	<u>947.215</u>	<u>527.262</u>	<u>358.603</u>	<u>885.865</u>

	31/12/2021			31/12/2020		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante						
Fornecedores	9.830	-	9.830	9.260	-	9.260
Impostos e contribuições a recolher	2.347	(1)	2.346	673	-	673
Outros passivos	622	(1)	621	569	-	569
Dividendos propostos	-	-	-	17.046	-	17.046
Encargos Setoriais	583	-	583	-	-	-
Debêntures	10.355	-	10.355	1.319	-	1.319
	<u>23.737</u>	<u>(2)</u>	<u>23.735</u>	<u>28.865</u>	<u>2</u>	<u>28.867</u>
Não circulante						
Tributos Diferidos	-	120.143	120.143	-	120.951	120.951
Debêntures	513.253	-	513.253	461.408	-	461.408
	<u>513.253</u>	<u>120.143</u>	<u>633.396</u>	<u>461.408</u>	<u>120.951</u>	<u>582.359</u>
Patrimônio líquido						
Capital social	58.000	-	58.000	58.000	-	58.000
Prejuízo Acumulados	(76.855)	76.855	-	(69.019)	69.019	-
Reserva Legal	11.314	-	11.314	11.314	-	11.314
Reserva de lucros a realizar	-	167.030	167.030	-	168.631	168.631
Reserva Especial	53.740	-	53.740	36.694	-	36.694
	<u>46.199</u>	<u>243.884</u>	<u>290.084</u>	<u>36.989</u>	<u>237.650</u>	<u>274.639</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>583.189</u>	<u>364.025</u>	<u>947.215</u>	<u>527.262</u>	<u>358.601</u>	<u>885.865</u>

	31/12/2021			31/12/2020		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações Continuadas						
Receitas bruta	87.064	35.901	122.965	-	248.285	248.285
Custo sobre serviços prestados	(19.008)	(27.811)	(46.819)	-	(97.213)	(97.213)
Lucro bruto	<u>68.056</u>	<u>8.090</u>	<u>76.146</u>	<u>-</u>	<u>151.072</u>	<u>151.072</u>
Despesas gerais e administrativas	(3.213)	(3)	(3.216)	(2.883)	32	(2.851)
Resultado operacional	<u>64.843</u>	<u>8.087</u>	<u>72.930</u>	<u>(2.883)</u>	<u>151.104</u>	<u>148.221</u>

Operações Continuadas	31/12/2021			31/12/2020		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita Financeira	574	-	574	2.288	-	2.288
Despesas Financeira	(76.322)	458	(75.864)	(457)	(41.087)	(41.544)
Resultado financeiro	(75.748)	458	(75.290)	1.832	(41.087)	(39.255)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(10.905)	8.545	(2.360)	(1.052)	110.017	108.965
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	3.070	(2.311)	759	218	(37.411)	(37.193)
Prejuízo do exercício	(7.835)	6.234	(1.601)	(833)	72.606	71.772

	31/12/2021			31/12/2020		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Fluxos de caixa das atividades operacionais						
Prejuízo do exercício	(7.835)	6.234	(1.601)	(833)	72.605	71.772
Ajuste						
Depreciação e amortização	14.215	(14.185)	30	104	(32)	72
Baixa de Imobilizado	496	(496)	-	-	-	-
Juros e Atualização sobre Debêntures e Financiamentos	73.124	-	73.124	41.087	-	41.087
Remuneração e Margem de Ativo de Contrato	-	(66.385)	(66.385)	-	(151.072)	(151.072)
	79.999	(74.832)	5.168	40.358	(78.499)	(38.140)
Variações nos ativos e passivos						
Concessionárias e Permissionárias	(10.969)	-	(10.969)	-	-	-
Ativo de Contrato	-	72.161	72.161	-	-	-
Despesas antecipadas	749	-	749	417	-	417
Tributos Compensáveis	1.410	1	1.411	(1.931)	-	(1.931)
Tributos diferidos	(3.118)	3.118	-	(200)	200	-
Outros ativos	8	1	9	(4)	-	(4)
Fornecedores	571	-	571	(10.758)	-	(10.758)
Impostos e contribuições a recolher	1.674	(1)	1.673	(141)	-	(141)
Impostos diferidos	-	(808)	(808)	-	37.211	37.211
Juros pagos	(12.243)	-	(12.243)	-	-	-
Outros passivos	636	(1)	635	(380)	-	(380)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	58.717	(361)	58.357	27.361	(41.088)	(13.727)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos						
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(42.131)	42.027	(104)	(137.908)	137.871	(37)
Aquisições de ativo financeiro da concessão	-	(41.675)	(41.675)	-	(97.213)	(97.213)
Aquisições de bens do ativo intangível	(8)	8	-	(427)	427	-
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(190.744)	-	(190.744)	(221.441)	-	(221.441)
Resgate em títulos e valores mobiliários	174.149	-	174.149	370.396	-	370.396
Caixa líquido provenientes das atividades de investimentos	(58.734)	360	(58.374)	10.620	41.085	51.705
Redução de Capital Social	-	-	-	(38.000)	-	(38.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	-	-	-	(38.000)	-	(38.000)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(17)	-	(17)	(22)	-	(22)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	25	-	25	46	-	46
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8	-	8	25	-	25

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

i) Ativo de contrato e ativo financeiro

A Companhia é abrangida pelo escopo do CPC 47. A receita é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão da obra e mensurada com base nos seus valores justos. Os custos de desenvolvimento da infraestrutura são reconhecidos à medida que são incorridos.

Considerando que para fins das demonstrações contábeis regulatórias deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado e/ou intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos) oriundos da aplicação desta interpretação.

ii) Imobilizado e Intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção do CPC 47 nas Demonstrações Financeiras Societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato, vide nota de ajuste. Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível.

iii) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste 24 os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

iv) Receita operacional bruta

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de remuneração do ativo de contrato, operação e manutenção e ganho na RAP, decorrentes da aplicação do CPC 47.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à Remuneração Anual Permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.
- Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.